

TV digital, economia política e democracia

Rosana Vieira de Souza

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

E-mail: rovieira.unisinos@gmail.com

BRITTOS, Valério Cruz (Org.).TV digital, economia política e democracia. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

A presente obra é resultado da articulação de pesquisadores oriundos de diferentes universidades, mas cuja abordagem crítica, dentro do campo da Comunicação, atravessa o conjunto de temáticas apresentadas e marca, de forma consistente, o tom dos debates propostos. Especificamente, os artigos que compõem esta coletânea se desenvolveram no âmbito do IV Seminário de Pesquisa CEPOS, evento que ocorre no campus da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), com a organização do Grupo de Pesquisa CEPOS – Comunicação, Economia Política e Sociedade. Sob o eixo condutor da Economia Política da Comunicação, o texto está organizado a partir de três seções norteadoras, os quais dão forma ao título do livro: **televisão e digitalização; economia política e sociedade; e mídia e democratização.**

Em “televisão e digitalização”, são apresentados cinco textos que discutem de que forma os rumos do audiovisual e da TV digital representam desafios para a América Latina e, particularmente, para o Brasil, bem como são analisados os mecanismos de regulação que marcam o mercado brasileiro de televisão. A seção inicia com a análise dos resultados de um trabalho empírico desenvolvido por Valério Cruz Brittos, coordenador do Grupo de Pesquisa CEPOS, e Jeison Karnal da Silva “**TV digital terrestre e imprensa gaúcha: mercado e democracia no processo de implantação**”. Ao estabelecer elos comparativos entre as estratégias de cobertura da temática TV digital por ocasião da migração para o sistema digital no Brasil, em dois importantes jornais gaúchos, os autores refletem sobre a importância de a televisão digital ser discutida e configurada em termos das repercussões sociais, de democratização da comunicação e das políticas estruturantes, e não somente em função dos interesses econômicos envolvidos na implantação do sistema no país.

Já a aproximação propiciada pela digitalização entre os sistemas televisivos e a telefonia (celular) é o ponto de partida do artigo desenvolvido por Sergio Mattos em **“A televisão digital, a convergência, a produção e a distribuição de conteúdos para celulares e receptores móveis”**. Portabilidade, mobilidade, interatividade e distribuição de conteúdos são as temáticas que ganham relevância no novo cenário de convergência das tecnologias, onde, certamente, a figura do telefone celular digital ganha destaque. Sob o viés da EPC, são discutidos o jogo de interesses e as disputas entre empresas de telefonia móvel e de radiodifusão em torno da transmissão e produção de conteúdos. Sem dúvida, um tema de extrema relevância dentro do debate sobre a natureza complexa dos sistemas de mídia e os rumos da convergência no contexto brasileiro, especialmente, quando questões de ordem prática esbarram, também, em limitações técnicas e econômicas.

É justamente a preocupação com o cenário midiático do país, a partir da digitalização, o que move a temática desenvolvida por Denis Gerson Simões e Maíra Bittencourt no artigo **“A televisão brasileira no processo de digitalização”**. A estrutura comunicacional brasileira é representada como resultado de uma confluência de práticas onde interesses dos capitais e pressões políticas se sobrepõem aos possíveis anseios da sociedade civil. Os desdobramentos tecnológicos só vêm contribuir para acentuar tais conflitos na medida em que são muitos os agentes que se cruzam e diversos os interesses e projetos particulares a serem negociados com o Estado.

Discutir o papel fundamental do Estado na regulação das comunicações no Brasil é, precisamente, o objetivo do artigo proposto por César Bolaño e Rodrigo Braz em **“A regulação das comunicações no Brasil: conservadora ou liberal? O caso da TV por assinatura”**. Os autores advertem sobre a coexistência de dois polos dentro dos interesses do capital privado: de um lado, as empresas de radiodifusão; de outro, as empresas de telecomunicações. Ambas atuando através de uma legislação fragmentada.

A seção é encerrada com a reflexão crítica sobre as estruturas do mercado latino-americano de televisão, vislumbradas a partir de um panorama contemporâneo. No texto **“Mercado latino-americano de televisão”**, Andres Kalikoske promove uma análise da telenovela como produto inserido em uma lógica econômica. Apoiando-se em subsídios conceituais interdisciplinares, o autor caracteriza o papel de cada agente midiático – Brasil, México e Argentina – no contexto da América Latina. O avanço tecnológico é percebido aqui, assim como nos demais textos que compõem esta

seção, como de grande impacto no desenvolvimento de reconfigurações, notadamente, de novos modelos de negócios, pela aproximação de diferentes atores midiáticos.

Na seção “economia política e sociedade” o fenômeno comunicacional é tratado em sua dimensão epistemológica. Enquanto objeto de estudo, não deixa, contudo, seu compromisso com o olhar para a sociedade. No artigo “**A presença da Armand Mattelart no cenário das Ciências da Comunicação**”, José Marques de Melo traz as principais contribuições deste importante teórico da Comunicação, Armand Mattelart, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade civil, a partir da década de 1970. Destaca-se o papel de Mattelart na defesa da democratização da comunicação, da igualdade e da justiça social como conceitos a serem perseguidos pelos pesquisadores da área.

Em “**Cultura e Comunicación: la cooperación española e iberoamericana**”, Luiz A. Albornoz apresenta os resultados de um estudo que buscou identificar a cooperação espanhola quanto aos hábitos de cultura clássica e dos meios de comunicação durante a década de 1997 a 2007. Com o intuito de delinear o caminho para a cooperação cultural e midiática no âmbito ibero-americano, o autor apresenta os principais resultados da análise de nove países consultados.

O papel exercido pela televisão, por meio dos conteúdos dos programas, sobre o modelo de sociedade e de ser humano que deseja construir e impor, é a temática desenvolvida por Jacqueline Lima Dourado em “**O espaço público e a cidadania midiática sob a ótica da Economia Política da Comunicação**”. Destacando a importância de se adotar o conceito de “cidadania televisiva”, a autora reflete sobre o conjunto necessário de temas verdadeiramente voltados para os direitos sociais, distanciados, portanto, do interesse mercadológico prevalente.

Em “**A nova esfera pública na digitalização: configurações do espaço público midiático**”, Luciano Correia dos Santos põe em evidência o conceito de “esfera pública” enquanto relacionada a outras definições igualmente importantes: público *versus* privado, público leitor, opinião pública e publicidade. O cenário de multiplicidade da oferta permitiu rever o espaço público, agora observado sobre contornos menos rígidos. A TV adquire novo lugar neste espaço público midiático, as discussões deverão girar em torno da interatividade e participação do telespectador, bem como questões relativas à lógica de grade de programação que prevalece entre as emissoras.

Ana Maria Oliveira Rosa e Rafaela Chagas Barbosa fecham a seção sobre economia e sociedade com o texto “**Discussões de economia política na área da comunicação brasileira**”. As autoras discutem a atuação da EPC no contexto brasileiro, bem como oferecem uma perspectiva histórica de análise da trajetória e gênese desta importante tradição de pesquisa no campo da Comunicação, a partir da Economia Política.

A última seção do livro é dedicada aos textos que abordam, sob diferentes enfoques e contextos de análise, a temática da “mídia e democratização”. Em “**Vou chamar a STV: o Estado ausente, a sociedade civil (des)organizada e o merchandising social na televisão**”, João Miguel reflete criticamente sobre os papéis do Estado, da sociedade civil e da mídia no atual contexto moçambicano. A atuação dos diferentes setores se revela na ausência do Estado enquanto entidade provedora e reguladora das demandas públicas, assim como no fraco desempenho da sociedade civil. O debate é conduzido a partir do estudo da emissora moçambicana STV e o papel que acabou por desempenhar na mediação de conflitos sociais (em lugar do Estado). Esta situação parece constituir mais o reflexo do contexto social, político, econômico e cultural do país – o qual combina ausência da entidade estatal com fraca atuação da sociedade civil – do que o triunfo mercadológico da emissora *per se*, ainda que o merchandising social na TV constitua, hoje, uma realidade no mercado televisivo moçambicano.

Em “**Cinema e ideologia na América Latina: uma análise comparativa das obras de Glauber Rocha e Miguel Littin**”, Augusto de Sá Oliveira propõe um ensaio que busca discutir a relação entre cinema e ideologia no contexto latino-americano. Para tal, as obras do cineasta brasileiro Glauber Rocha, e do chileno Miguel Littin, foram analisadas segundo sua “intenção ideológica”, considerando-se os distintos cenários políticos que separam seus trabalhos.

Nadia Helena Schneider e Paola Madeira Nazário, mais voltadas à problemática da educação sob os desafios da digitalização, discorrem sobre os conteúdos dos meios de comunicação nas escolas de ensino médio e fundamental em “**De aluno receptor para aluno produtor de audiovisual: possibilidades da digitalização para a produção de vídeos educativos na escola**”. Ao avaliar o uso das TICs pelos alunos na prática pedagógica, as autoras trazem à tona a necessidade de uma reflexão crítica sobre os conteúdos do audiovisual em sala de aula.

Em “**Luz, câmera, ação? Análise do processo de produção do curta-metragem: A última prostituta em Amsterdam**”, Flávia Seligman e André Garcia

oferecem um panorama do processo de planejamento de um curta-metragem de ficção em suas diferentes etapas, tendo como caso de análise o trabalho de conclusão do curso de Realização Audiovisual (CRAV) da Unisinos. Assim, relatam que as maiores dificuldades são relativas ao processo de planejamento.

Bruno Lima Rocha Beaklini e Rafael Cavalcanti Barreto assumem o compromisso de encerrar a seção com um texto bastante crítico acerca das relações estabelecidas entre a indústria da mídia e os organismos de inteligência brasileiros. Em **“Zonas cinzas da contrainformação – a cobertura jornalística da revista Época sobre a fraude do leilão do Sistema Telebrás”**, o contexto que ilustra a temática desenvolvida é o episódio do grampo do BNDES por ocasião do leilão do Sistema Telebrás, em 1999. A cobertura jornalística do caso, na análise dos autores, não foi capaz de promover a revelação dos fatos, deixando ao leitor uma compreensão apenas parcial, quando não equivocada, dado que impossibilita o acesso às relações complexas e seus verdadeiros mecanismos de controle.

As transformações substanciais para a sociedade contemporânea, trazidas pela convergência tecnológica, refletem desafios para o estudo dos fenômenos comunicacionais, não apenas porque novas configurações em torno da interação entre radiodifusão, telecomunicações e informática se mostram ainda incertas, mas, sobretudo, porque a natureza complexa dos sistemas midiáticos requer um olhar crítico acerca dos rumos destas dinâmicas no contexto do capitalismo contemporâneo. É, sobretudo, a interessante articulação das diferentes temáticas sob um mesmo fio condutor, bem como o olhar crítico que permeia o conjunto dos textos sem, contudo, perder o rigor da análise comprometida com o fazer científico, o que torna esta obra de extrema relevância para pesquisadores dos fenômenos comunicacionais.